

País tem estratégia para anular pressão de credores

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — A partir do próximo mês, o governo começa a receber um a um os credores privados da dívida externa brasileira, para ouvir suas sugestões sobre a melhor forma de se negociar um débito que hoje chega a US\$ 60 bilhões. Pela primeira vez, o Brasil tentará uma forma inovadora de negociação — fora do âmbito do Comitê Assessor da Dívida — e apresentará um cardápio de opções de pagamento ao gosto de cada credor. Com essa estratégia, o governo espera neutralizar as pressões em bloco dos credores, que tendem a aumentar mais neste segundo semestre por causa da moratória dos juros da dívida, que completou um ano. Nessa fase da negociação, o governo espera contar com um importante aliado: o Congresso, que poderá reforçar a posição brasileira junto à comunidade financeira internacional.

O principal negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, está convencido de que o processo de negociação através do Comitê Assessor está esgotado. "Tudo o que o comitê tinha que fazer em relação ao acordo firmado em 88 já foi feito. Agora, temos que partir para uma nova etapa", avalia. Segundo o embaixador, a sistemática de negociação do comitê — que já apresentava a posição fechada dos bancos — não permitia que o Brasil apresentasse suas alternativas. O equívoco neste tipo de negociação é que, por se tratar de um universo muito grande de credores, muitas instituições que poderiam aceitar condições menos rígidas tinham que se sujeitar à decisão de todo o bloco. "O comitê tirava um mínimo negociador comum e enquadrava todos os bancos", comenta.

Em separado — A ideia do governo não é negociar a dívida do país em separado com cada banco, já que as cláusulas firmadas com os credores, segundo Dauster, proibem acordos isolados. O que se quer agora é ouvir as sugestões de cada um e também apresentar as alternativas brasileiras. A partir daí será montado um esquema de pagamento para que cada banco possa ser atendido em suas reivindicações. Experiência semelhante foi adotada com sucesso na Venezuela, viabilizando um acordo que não comprometeria a economia do país, revela o embaixador.

Também as opções apresentadas pela Venezuela aos credores são vistas com simpatia por Jório Dauster. Entre as cláusulas negociadas pelo governo venezuelano, estavam o lançamento de bônus de saída — um papel de longo prazo de pagamento, para os bancos que desejam sair da negociação —, a recompra direta de dívida e, ainda, dinheiro novo para pagamento dos débitos atrasados. O Brasil poderia utilizar, de acordo com Dauster, mecanismos de conversão de dívida para exportação e também para privatização de empresas estatais. "Existem vários mecanismos de que se poderá lançar mão e todos serão discutidos individualmente com cada banco, que poderá optar por alguns deles ou fazer um *mix* (composição) de tudo que for proposto", informa.

O fundamental nessa negociação, segundo o embaixador, é que os credores entendam que o Brasil não está mais disposto a fazer um pagamento puro e simples da dívida, a ponto de comprometer o crescimento econômico do país. "No passado, o país optou pelo reescalamento. Agora nós só aceitamos negociação que resulte em redução de dívida", explica.



Dauster: só aceitamos negociação com redução da dívida

Por esta razão, os credores serão avisados antecipadamente do limite da capacidade de pagamento do país a cada ano, a ser fixado de acordo com a meta de crescimento interno. O Brasil quer restaurar um fluxo positivo de capital e reverter o processo registrado nos últimos sete anos, quando foram remetidos para o exterior US\$ 60 bilhões somente para pagamento de juros da dívida.

O embaixador argumenta que a comunidade financeira internacional não pode mais exigir esse tipo de esforço das economias em desenvolvimento, que acabou por comprometer o desempenho destes países durante a década de 80.

Somente este ano, se o Brasil decidisse manter o fluxo normal de pagamento dos juros da dívida, teria que desembolsar US\$ 1 bilhão para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e US\$ 13,5 bilhões para pagar os atrasados, e os débitos vencidos este ano, aos bancos credores privados. Além disso, o país tem que remeter US\$ 1,2 bilhão para pagar o Banco Mundial (Bird) e US\$ 300 milhões para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "O Brasil teria que desembolsar este ano mais de US\$ 15 bilhões. Isto está muito acima de nossa capacidade. Nós sequer temos reservas para fazer esse pagamento", garante.

Arquivo